Introdução

A seguir estão descritas as regras aplicáveis à utilização do Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco desenvolvido pelo Governo do Estado de Pernambuco – Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), de acordo com a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Portanto, esta política cria obrigações para que a ATI implemente e sustente os requisitos de segurança da informação e comunicação, e a privacidade das informações e transações dos usuários, bem como aos seus usuários em termos de uso legítimo.

1. Definições

Para os fins destes Termos de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

1.1. Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta;

1.2. Agentes de Estado: inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos;

1.3. Códigos maliciosos: é qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores;

1.4. Cookies: são pequenos arquivos que as páginas web acessadas armazenam nos navegadores como, por exemplo, quantos acessos foram realizados àquela página, entre outras.

1.5. Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

1.6. Sítios e aplicativos: sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados;

1.7. Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

1.8. Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

1.9. Usuários (ou “Usuário”, quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem os serviços do Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco – www.pecidadao.pe.gov.br.

1.10. Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

1.11. Dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

1.12. Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador corporativo para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

2. Arcabouço legal

São aplicáveis as seguintes leis e normativos:

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Propõe o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.

Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 – Institui a Plataforma de Cidadania Digital e propõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 – Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, propõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o estabelecido no art. 24, caput, inciso IX, da

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e propõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019 – Institui o portal gov.br e propõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 – Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Lei Estadual nº 14.804, de 29 de outubro de 2012: Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual;

Lei Estadual nº 16.420, de 17 de setembro de 2018: Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública Estadual;

Decreto Estadual nº 38.787, de 30 de outubro de 2012: Regulamenta a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual;

Decreto Estadual nº 48.659, de 13 de fevereiro de 2020: Regulamenta a Lei nº 16.420, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública Estadual;

Decreto Estadual nº 49.265, de 6 de agosto de 2020: Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual;

Decreto Estadual nº 49.914, de 10 de dezembro de 2020: Institui a Política Estadual de Segurança da Informação – PESI, no âmbito da administração pública estadual.

3. Produto e serviço

O Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco visa estabelecer uma relação de confiança entre os usuários e os serviços públicos ou sistemas integrados, de forma a proteger e validar suas informações pessoais e simplificar o acesso aos serviços públicos por meio de uma só senha. Desta forma, o cadastro realizado no Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco poderá ser utilizado em qualquer serviço público que esteja a ele vinculado.

3.1. O Usuário poderá ter acesso ao Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco por meio do sítio <https://www.pecidadao.pe.gov.br/>

3.2. O serviço do Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco será premissa para a utilização de alguns serviços públicos oferecidos pelos órgãos vinculados ao Governo do Estado de Pernambuco, desde que o serviço pelo qual procura esteja vinculado a ele.

3.3. Esta política de privacidade tem cobertura e efeito sobre as seguintes espécies de usuários que tenham conta de acesso na Plataforma de Autenticação do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco: 3.3.1. Cidadãos e pessoas naturais; e 3.3.2. Servidores públicos.

4. Relacionamento com terceiros

4.1. A Administração Pública Estadual, em se tratando do Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco, não comercializa em qualquer hipótese, dados ou informações dos usuários com terceiros, respeitados os limites e diretrizes da LGPD.

4.2. Outros serviços públicos podem compartilhar as informações do Login único para autenticar o usuário no respectivo serviço.

5. Política de Privacidade

5.1 Informações dos Usuários

5.1.1. A Plataforma poderá alternativamente armazenar, gravar ou ler, em qualquer formato digital, informações ou dados dentro ou fora dos limites das estações de trabalho dos usuários, desde que respeitados os limites e diretrizes da LGPD.

5.1.2. A disponibilização das informações de usuários relativos aos dados pessoais e aos registros de auditoria está restrita ao âmbito governamental, sem necessidade de expressa autorização do proprietário, desde que respeitados os princípios e diretrizes da LGPD.

5.1.3. Para atender a finalidade descrita no item 3, o usuário deve fornecer um endereço de e-mail válido, o CPF, o nome completo, o nome da mãe, o número do RG, órgão expedidor e UF para se registrar no Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco. O e-mail e o CPF são utilizados para cadastro do usuário na plataforma, para validação de suas informações e para torná-lo apto a utilizar os serviços públicos disponíveis.

5.1.4. Desde que autorizado pelo usuário, ao efetuar o login, cookies podem ser utilizados. Os cookies armazenam o e-mail e o CPF do usuário para manter a autenticação do usuário durante a sessão do navegador.

5.1.5. Quanto à plataforma, o Órgão poderá efetuar a coleta de informações, como modelo do hardware, sistema operacional (entre elas configuração, navegadores) e identificadores do dispositivo (localização, dentre outros). Tais informações visam realizar a melhoria contínua dos processos e serviços prestados;

5.1.6. O Órgão poderá, a qualquer tempo, fornecer dados ou informações relativas aos usuários da Plataforma de Autenticação a outros serviços públicos digitais cuja finalidade seja a efetiva prestação de serviço público pelo compartilhamento de dados ou informações, ou atender demanda judicial, ou policial, ou por requisição do Ministério Público, conforme a LGPD.

5.1.7. A transparência será proporcionada nos termos da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 e pelo Decreto Estadual nº 38.787, de 30 de outubro de 2012 – Regulamenta a Lei Estadual nº 14.804 e pela Lei Estadual nº 14.804, de 29 de outubro de 2012 – que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual de Pernambuco, e dá outras providências.

5.2. Declaração de Cookies

O Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco utiliza cookies do portal (essenciais), para registrar as configurações e preferências de navegação dos usuários, gerar relatórios estatísticos através do Google Analytics, e também cookies de terceiros.

Cookies do portal

Cookie	Finalidade	Duração
__pe_d	Utilizados para autenticação no portal, armazenar tokens de acesso.	Duração padrão de 1 hora
__pe_r	Utilizados para autenticação no portal, armazenar tokens de acesso.	Duração padrão de 1 hora
__pe_t	Utilizados para autenticação no portal, armazenar tokens de acesso.	Duração padrão de 1 hora
__pe_tmpd	Utilizados para autenticação no portal, armazenar tokens de acesso.	Duração padrão de 1 hora
PHPSESSID	Usado para identificar a sessão do usuário no servidor.	Até o navegador ser fechado

Cookies do reCaptcha

AEC	Garante que as solicitações dentro de uma sessão de navegação sejam feitas pelo usuário e não por sites maliciosos. Ajuda a evitar ataques de sequestro de sessões.	Duração padrão de 2 anos
APISI	Relacionado a APIs do Google, pode ser usado para controle de acesso e autenticação.	Duração padrão de 2 anos
HSID	Utilizado para segurança e prevenção de fraudes, armazena informações criptografadas para verificar a identidade do usuário e evitar acessos não autorizados.	Duração padrão de 2 anos
NID	Utilizado para armazenar preferências do usuário, como idioma e personalização de anúncios.	Duração padrão de 2 anos
SAPISID	Associado ao login de contas do Google e usado para proteger contra fraudes, além de ajudar na personalização de serviços.	Duração padrão de 2 anos
SEARCH_SAMESITE	Usado para evitar que cookies sejam enviados em solicitações de diferentes sites, aumentando a segurança.	Duração padrão de 2 anos

SID	Cookie de segurança usado para proteger contra acessos não autorizados e prevenir ataques, armazenando credenciais criptografadas.	Duração padrão de 2 anos
SIDCC	Versão complementar do SID, ajuda a fornecer segurança extra em contas do Google.	Duração padrão de 2 anos
SSID	Utilizado para armazenar informações de autenticação e melhorar a segurança. __Secure* – (exemplo: __Secure-3PAPISID, __Secure-3PSID) – Versões seguras dos cookies padrão do Google, geralmente usados para reforçar a segurança e proteger contra acessos maliciosos.	Duração padrão de 2 anos

Cookies do Google Analytics

_ga	O principal cookie do Google Analytics, usado para identificar usuários únicos anonimamente.	Duração padrão de 2 anos
_ga_DLV69QJ	Usado para distinguir usuários únicos, armazenando um identificador de cliente anônimo.	Duração padrão de 2 anos

5.3. Dados coletados

Para se cadastrar, você precisará fornecer:

- CPF
- Nome completo

- Data de Nascimento
- Endereço, Município e Estado
- Telefone
- E-mail

Essas informações são usadas para validar sua identidade e permitir o acesso aos serviços públicos disponíveis do portal.

6. Responsabilidades

6.1 Usuário

6.1.1. O Usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados no cadastro e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar serviços públicos do Governo Estadual.

6.1.2. O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Este deve manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

6.1.3. O usuário da Plataforma é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

6.1.4. O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública Estadual (APE), a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso à Internet ou ao sítio.

6.1.5. O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

6.1.6. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;

6.1.7. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;

6.1.8. Proteção do computador;

6.1.9. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;

6.1.10. Abuso de uso dos computadores dos usuários;

6.1.11. Monitoração clandestina do computador dos usuários;

6.1.12. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;

6.1.13. Perímetro inseguro;

6.2 Administração Pública Estadual

6.2.1 O Governo do Estado de Pernambuco, no papel de custodiante das informações pessoais dos Usuários, deve cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados na plataforma.

6.2.2. Publicar e informar ao Usuário as futuras alterações a estes Termos de Uso e Política de Privacidade por meio do sítio (www.pecidadao.pe.gov.br) conforme o princípio da publicidade estabelecido no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

6.2.3. Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Estadual será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

6.3 Agente Público

É de responsabilidade do Agente Público autorizado emitir e validar os dados pessoais do Usuário e verificar a autenticidade e veracidade das informações fornecidas, quando houver atendimento presencial.

7. Alterações a este termo

7.1. As alterações do termo de uso do Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco serão feitas, conforme legislação vigente que rege a Identificação Civil Nacional, por meio da Lei 13.444 de 11 de maio de 2017.

7.2. Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

7.3. As alterações a este termo serão publicadas e informadas ao Usuário por meio do sítio (www.pecidadao.pe.gov.br)

8. Comunicação

Sempre que desejar, o usuário poderá entrar em contato com a equipe da plataforma única de autenticação, por meio do sítio (www.pecidadao.pe.gov.br) para sanar quaisquer dúvidas sobre este Termo de Uso e Política de Privacidade.

9. Proibições

O Órgão por meio da Plataforma de Autenticação, em nenhuma hipótese, realizará as seguintes ações:

9.1. Envio de e-mails ou ligações (links) com sites, solicitando informações pessoais dos usuários;

9.2. Envio de propagandas de produtos ou serviços comerciais de qualquer natureza;

9.3. Apresentação de avisos ou comunicações publicitárias via serviços digitais, para qualquer propósito;

10. Foro

10.1. Quaisquer disputas ou controvérsias oriundas de quaisquer atos praticados no âmbito da utilização dos sítios e/ou aplicativos pelos usuários, inclusive com relação ao descumprimento dos Termos de Uso e Política de Privacidade ou pela violação dos direitos da Administração Pública Estadual, de outros Usuários e/ou de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade, serão processadas na Comarca de Recife-PE.

10.2. Os casos omissos poderão ser tratados em uma instância administrativa por meio da Ouvidoria Geral do Governo de Pernambuco.

11. Das alterações e atualizações desta Política de Privacidade

Esta política tem validade indeterminada, podendo ser alterada em seus termos, a qualquer tempo, e a versão deste termo de uso será vinculada no ato da aceitação do usuário.

12. Direitos autorais, licenças e contato

É proibido o uso dos direitos autorais, marcas, domínios, logotipos, aparência do produto, segredos de empresa, patentes e outros direitos de propriedade intelectual, sem autorização expressa da ATI, por meio do seu legítimo representante.

13. Aceitação do Termo e Condições de Uso

13.1. O Usuário declara ter lido, entendido todas as regras, condições e obrigações estabelecidas no presente termo.

13.2. O Usuário está ciente e concorda com a coleta, armazenamento, tratamento, processamento e uso das informações enviadas e/ou transmitidas pelo Cadastro do Portal do Cidadão do Governo de Pernambuco nos termos estabelecidos nestes Termos de Uso e Política de Privacidade.

13.3. Ao utilizar o aplicativo o usuário concorda e aceita integralmente as disposições destes Termos de Uso e Política de Privacidade.